

Governo baixa pacote financeiro

1. As taxas de intermediação bancárias (*spreads*) são tabeladas em 4% nos grandes bancos e em 5% nos demais — em empréstimos para empresas.

2. Todos os financiamentos agrícolas destinados a investimentos vão ganhar uma prorrogação de pelo menos 18 meses no seu prazo para pagamento.

3. Os empréstimos para investimentos agrícolas de até Cz\$ 200 mil ficam sem correção monetária até junho. Os demais pagarão 50% da correção.

4. Os Estados endividados vão contar com uma linha especial de crédito do governo federal, com taxas de juros líquidos de 1% ao trimestre.

5. O governo vai destinar Cz\$ 8 bilhões para o capital de giro das micro e pequenas empresas, que terão prazos de 36 meses para pagar.

Saiu o novo pacote econômico. Ele foi anunciado pelo ministro Dilson Funaro, no Palácio do Planalto, após reunião de uma hora e meia com o presidente José Sarney. O destaque das medidas adotadas fica para a área financeira, com o tabelamento do *spread* bancário (diferencial entre as taxas de captação e de aplicação dos recursos no mercado financeiro). O limite do *spread* será de 4% para as instituições de grande porte e de 5% para as

demais, em qualquer tipo de financiamento concedido apenas às pessoas jurídicas. As outras medidas no novo pacote visam principalmente a propiciar um alívio nos custos financeiros dos micro e pequenos empresários, dos agricultores e dos governos estaduais.

O novo pacote econômico anunciado à imprensa pelo ministro da Fazenda compreende basicamente os seguintes pontos:

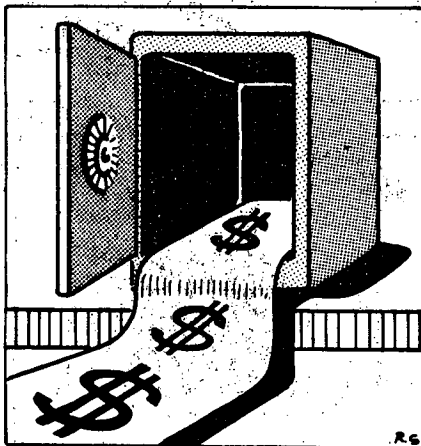
● O *spread* bancário fica tabelado para os empréstimos às empresas.

Para as pessoas físicas continua como hoje: livre. As instituições proibidas de usarem de subterfúgios para elevar o custo do dinheiro, tais como reter parte do valor do empréstimo concedido, obrigar o cliente a contratar seguros ou a adquirir quaisquer papéis oferecidos pela instituição. Segundo o ministro da Fazenda, o Banco Central será rigoroso na fiscalização do tabelamento, punindo os bancos infratores com a cassação das suas linhas preferenciais. A medida, segundo Funaro, não se destina a baixar as taxas de juros, mas a coibir os abusos. A queda dos juros vai ter de esperar a queda da inflação e a melhoria da liquidez. Funaro acrescentou que os empréstimos feitos a partir de repasses terão *spread* único de 4%, independentemente do porte do banco.

AGRICULTURA

● Os financiamentos destinados aos investimentos agrícolas, concedidos no período entre 15 de maio de 1986 e 28 de fevereiro de 1987 gozarão de isenção de correção monetária no período de março a junho deste ano, se limitados até o valor de Cz\$ 200 mil. Os financiamentos para os investimentos agrícolas, contratados neste mesmo período, mas de valor superior a Cz\$ 200 mil, terão uma correção monetária reduzida em 50% da que seria cobrada normalmente nestes quatro meses (março/junho).

● Os pequenos agricultores da Região Norte e Nordeste terão um prazo de quatro anos, com dois anos de carência, para pagar os seus empréstimos, quer para custeio, quer para investimento, desde que o valor contratado não tenha sido superior a Cz\$ 200 mil. Estes agricultores terão ainda isenção da correção monetária sobre estes empréstimos, relativa ao



período de março de 86 a fevereiro de 1987.

● De forma indiscriminada, com relação ao caso de o agricultor ser enquadrado como pequeno ou grande, os financiamentos concedidos para o investimento agrícola pode ser prorrogado em pelo menos 18 meses.

MICROEMPRESA

● Criação de uma linha especial de crédito oficial no valor de Cz\$ 8 bilhões para atender às dificuldades de capital de giro dos micros e pequenos empresários (aqueles cujo faturamento em 1986 não foi superior a Cz\$ 38 milhões). Estes recursos serão repassados pelo Banco Central aos bancos, para que eles possam prorrogar para 36 meses o prazo de pagamento dos financiamentos para capital de giro destinados às micros e pequenas empresas. Os tomadores destes recursos vão pagar 7% ao mês do total devido, nos primeiros seis meses. Depois destes seis meses, ao que restar do saldo devedor será apli-

cada correção monetária plena, com base na variação das LBCs (Letras do Banco Central), dividindo-se por 30 o total apurado. Este pagamento do restante da dívida, corrigida, em 30 meses, estará sujeito a juros de 0,5% ao mês.

● Fica criada uma comissão para buscar soluções para os problemas da dívida dos Estados e orientar a rolagem dos financiamentos internos e externos. Para que esta rolagem seja feita, após o exame caso a caso, o governo estadual vai contar com um financiamento especial do governo federal, concedido a título de adiantamento do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Por este dinheiro para socorro financeiro o governo vai cobrar correção monetária plena, com base na variação da LBCs, mais juros de 12% ao ano. Esta comissão será integrada por representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM) e do Banco Central.

CUSTO

O ministro Dilson Funaro estima que as medidas de apoio ao setor agrícola devem custar ao governo cerca de Cz\$ 3 bilhões que, somados aos recursos destinados aos micros e pequenos empresários, montam a Cz\$ 11 bilhões. O ministro não estimou quanto será gasto com o saneamento financeiro dos Estados.

Funaro destacou que as medidas adotadas não vão contribuir para um agravamento do déficit público que, segundo ele, está sob controle. Para o ministro, as medidas adotadas visam a permitir um alívio no aperto de liquidez a que o governo teve de submeter a economia nos meses de janeiro e fevereiro últimos.